



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

18/10/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Redução da fila do INSS pressiona Orçamento no fim do ano

A redução mais acelerada da fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) impõe um desafio adicional ao Ministério da Economia na gestão do Orçamento no fim de 2022.

Se por um lado o fim da espera pode ser benéfico para os segurados contemplados, por outro a concessão de maior volume de benefícios pressiona as despesas do governo no momento em que já não há quase nenhuma margem de manobra.

Técnicos ouvidos pela Folha afirmam que há receio de um novo aumento na previsão de despesas previdenciárias na avaliação bimestral de 22 de novembro, quando quase todo o Orçamento já foi executado e resta pouco espaço para eventual necessidade de cortes.

Por isso, o governo adotou postura mais cautelosa e efetuou uma espécie de bloqueio preventivo sobre os gastos de todos os ministérios programados para o mês de dezembro.

A ideia é evitar que os órgãos iniciem a execução dessas despesas antes da hora, inviabilizando depois um eventual bloqueio de recursos a ser feito para evitar o estouro do teto de gastos — regra fiscal que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Foi essa trava que atingiu, por exemplo, os recursos do MEC (Ministério da Educação).

A redução da fila do INSS ganhou tração nos últimos meses, após o órgão conseguir destravar a liberação de recursos para retomar o pagamento de um bônus por análise extra a seus servidores.

A demora na análise de pedidos de benefícios previdenciários resulta num adiamento apenas temporário de despesas públicas. Quando o INSS concede uma aposentadoria, por exemplo, o benefício é pago de forma retroativa ao período em que o segurado apresentou o requerimento, com correção monetária.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 18 de outubro.

PIB de agosto despencou e fica em -1,13%; país pode estar caminhando para recessão

O presidente Bolsonaro (PL) tem repetido constantemente que o Brasil é o único país do mundo a se recuperar economicamente no cenário pós-pandemia. Nas palavras do mandatário, "a economia está bombando". No entanto, os índices parecem mostrar outro cenário.

Divulgado nesta segunda-feira (17), o Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) do Banco Central, considerado a prévia do Produto Interno Bruto (PIB), registrou retração de 1,13% em agosto, na comparação com julho.

Segundo dados do Banco Central, esse foi o maior tombo mensal do nível de atividade desde março de 2021, quando foi registrada uma queda de 3,6%. Tal resultado interrompeu dois meses de melhora do indicador.

Os dados do índice apontam para uma possível recessão no país após três meses de deflação. O que pode significar aumento do desemprego, queda na renda familiar e retração na produção.

O IBC-BR é um índice que tem por objetivo tentar antecipar o resultado do PIB.

Levantamento feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que o número de famílias endividadas atingiu, em setembro, 79,3% dos lares brasileiros.

De acordo como estudo, a alta de devedores foi de 0,3 ponto percentual em setembro ante agosto. No período de um ano, o avanço foi de 5,3 pontos.

A maior parte das famílias endividadas são as de baixa renda. Dessa maneira, nos lares com renda inferior a 10 salários mínimos, o endividamento superou a marca dos 80% pela primeira vez.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 18 de outubro.

Atividade econômica encolhe mais que o esperado em agosto, aponta BC

A economia brasileira encolheu mais do que o esperado em agosto, no ritmo mais forte em quase um ano e meio, de acordo com indicador do Banco Central divulgado nesta segunda-feira (17).

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC) registrou em agosto contração de 1,13%, de acordo com o dado dessazonalizado do indicador que é um sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto).

Esse é o primeiro resultado no vermelho depois de dois meses seguidos de ganhos e foi bem pior do que a expectativa em pesquisa da Reuters de queda de 0,5%. A leitura marca ainda a contração mensal mais intensa desde março de 2021, quando o IBC-Br teve queda de 3,6%.

O resultado, entretanto, não apagou o avanço do mês de julho, que o BC revisou para uma alta de 1,67%, depois de informar anteriormente ganho de 1,17%.

Na comparação com agosto do ano anterior, o IBC-Br registrou alta de 4,86%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a um avanço de 2,08%, de acordo com números observados.

Estímulos fiscais devem dar alguma sustentação à economia neste ano, principalmente aos serviços que ainda se recuperam do abalo provocado pela pandemia, embora a política monetária seja restritiva.

Medidas adotadas pelo governo para aquecer a economia no ano eleitoral incluíram a antecipação do 13º para aposentados, liberação de recursos do FGTS e, mais recentemente, desonerações dos setores de combustíveis e energia e aumento do valor do Auxílio Emergencial.

No entanto, os preços elevados ainda pesam no bolso dos consumidores. Embora o IPCA tenha registrado deflação em setembro pela terceira vez seguida, a queda dos preços se concentrou recentemente nos combustíveis e energia, e só agora os alimentos começam a mostrar algum alívio.

Mas tanto as vendas no varejo quanto a produção industrial tiveram perdas no mês, em um ambiente também de juros elevados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 18 de outubro.

Combate à pobreza: o impacto da inflação no poder de compra das famílias

Assim que os impactos da Covid-19 sobre as famílias do mundo todo começaram a perder intensidade, surgiu outra crise com efeitos devastadores: a inflação. Em muitos países, os preços de alimentos e combustíveis começaram a subir ainda no segundo semestre de 2021. Em meados de 2022, a inflação anual foi estimada em 9,8% na Europa; 8,5% nos EUA; e 13,9% no Brasil. A inflação prevista para a região da América Latina e Caribe em 2022 é de 12,1%.

A elevação dos preços corrói o poder de compra das famílias e causa insegurança alimentar. No Brasil, os custos com alimentação aumentaram 13,43% nos 12 meses até agosto de 2022, e os alimentos consumidos em casa, 15,63%. Os efeitos de tais itens — que representam entre um quinto e um quarto do consumo das famílias — foram apenas parcialmente aplacados pelo aumento do rendimento médio nominal do trabalho em 2022. Como resultado, estima-se que a insegurança alimentar tenha aumentado em 2022: a projeção é de que 15,5% das famílias estejam em situação de insegurança alimentar grave, em comparação com 9% em 2020.

É nesse contexto que chegamos a mais um Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, também conhecido como Dia do Fim da Pobreza (17 de outubro). À medida que o valor real da renda das famílias se deteriora, seu poder de compra diminui. Em última análise, o monitoramento preciso do progresso dos países em seus esforços de erradicação da pobreza depende de nossa habilidade de medir a capacidade da população de arcar com suas necessidades básicas.

Embora seja tentador crer que uma revisão das linhas de pobreza seja capaz de alterar os marcos da pobreza extrema (por exemplo, conforme expresso pela Comissão Atkinson sobre a Pobreza Global), uma revisão minuciosa identificou mudanças muito pequenas em relação às linhas de pobreza anteriores.

As novas linhas nos dão uma visão melhor sobre a situação das pessoas mais vulneráveis. Apesar da pobreza extrema no Brasil ter caído temporariamente para 1,9% em 2020 —uma das taxas mais baixas da região da América Latina e Caribe— estima-se que ela tenha voltado a atingir 5,8% em 2021.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 18 de outubro.